

**PORTARIA 035/2017.**

**O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DO ENSINO SUPERIOR DE GOIANA – AMESG, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto da AMESG,**

**RESOLVE:**

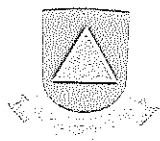
Art. 1º- Determinar que a partir do mês de Fevereiro do corrente ano, encontra-se **CANCELADO O ADICIONAL SALARIAL DE 3%** (três por cento) relativo a gratificação por incentivo a produtividade e assiduidade de docentes efetivos e contratados por esta Autarquia de Ensino, pelo fato de não haver fundamentação legal que estabeleça tal incorporação salarial, conforme parecer jurídico em anexo.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da AMESG  
Goiana/PE, 14 de fevereiro de 2017.

**INÁCIO JOSÉ FEITOSA NETO**  
**PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DO ENSINO SUPERIOR DE GOIANA/PE**

*Recebido em 16/02/2017*  
*[Assinatura]*  
*AMESG*



AUTARQUIA DO ENSINO SUPERIOR DE GOIANA  
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Goiana

**PARECER Nº 03/2017**

**Ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Autarquia do Ensino Superior de Goiana – AMESG,**

A Autarquia do Ensino Superior de Goiana – AMESG costumeiramente pagava um adicional salarial de 3% (três por cento) relativo a gratificação por incentivo a produtividade e assiduidade de docentes efetivos e contratados por esta Autarquia.

O argumento utilizado pelo Chefe do Departamento Pessoal da Autarquia foi que os pagamentos eram realizados com fundamento no Artigo 14 da Lei nº 1.888/2001, que prevê:

*“Art.14 A estrutura da tabela salarial do Corpo Docente da Faculdade de Formação de Professores de Goiana-PE-FFPG, mantida pela Autarquia Municipal do Ensino Superior de Goiana - AMESG, corresponderá ao estabelecimento criterioso de retribuição aos Professores dentro de determinadas escalas de valores crescentes, como estímulo à produtividade, incentivo à profissionalização, prêmio ao tempo de serviço prestado e ao desenvolvimento funcional, observando-se o seguinte:*

*§1º Cada classe manterá constante e igual número de níveis e a mesma razão entre si, havendo um acréscimo de 1,5% (um e meio por cento), nos vencimentos, na passagem de um nível para outro, dentro da mesma classe.*

*§2º Entre o nível final de uma classe e o inicial da classe seguinte, haverá acréscimo de 4% (quatro por cento).*

*§3º Os vencimentos dos professores, que possuem titulação, serão acrescidos:*

*I – de 25% (vinte e cinco por cento) para os docentes detentores do título de Doutor;*

*II – de 15% (quinze por cento) para os docentes detentores do título de Mestre.”*

Isto posto, é nítido que tal fundamento não condiz com o caso em comento. Não prevê nenhum tipo de porcentagem para incentivo a produtividade. Verifiquei ainda que não há qualquer legislação municipal que decrete o pagamento de tal benefício aos professores desta Instituição, como também não há acordo coletivo entre a Autarquia e o sindicato da categoria. Os benefícios foram concedidos por liberalidade da antiga gestão.

Diante de todo o exposto, OPINO PELO CANCELAMENTO DA CONCESSÃO DO ADICIONAL SALARIAL DE 3% aos docentes desta Autarquia de Ensino.

**É O PARECER.**

Goiana/PE, 14 de fevereiro de 2017.

*Ana Luiza S. S. Vieira.*  
ASSESSORIA JURÍDICA